vinetur

Tribunal de Contas francês propõe duplicar o IVA da restauração para 20% em 2027

Um relatório orçamental estima que a medida poderá gerar 4,6 mil milhões de euros, caso seja aprovada no âmbito de um plano fiscal mais amplo

terça-feira, 10 de novembro de 2026



O Tribunal de Contas francês propôs aumentar para 20% o IVA aplicado aos serviços de restauração em 2027. Se fosse aprovada, a medida duplicaria a taxa atual de 10% do setor e poderia afetar diretamente os preços das ementas, as margens operacionais e a procura dos consumidores em todo o setor da hotelaria e restauração.

A proposta consta de um relatório orçamental publicado na segunda-feira, 9 de novembro, no qual o tribunal apresentou uma série de medidas de curto e médio prazo destinadas a ajudar a restabelecer as finanças públicas francesas. Segundo o tribunal, uma das opções para 2027 seria transferir os serviços de restauração e algumas outras atividades da taxa reduzida de IVA de 10% para a taxa normal de 20%. Apresentou também uma alternativa: aumentar para 13% a taxa intermédia geral de IVA. O tribunal estimou que as duas opções gerariam, respetivamente, 4,6 mil milhões e 4,3 mil milhões de euros.

O tribunal não anunciou qualquer alteração legislativa, e a proposta não entra automaticamente em vigor. Qualquer aumento do IVA exigiria uma iniciativa legislativa do Governo e do Parlamento franceses. O próprio tribunal afirmou que o seu trabalho se destinava a informar o debate público e a apresentar opções fundamentadas aos decisores políticos, e não a impor decisões.

Para os restaurantes, a proposta é relevante porque o IVA tem um impacto direto nos preços finais e na tesouraria. A passagem de 10% para 20% afetaria um setor que, há anos, beneficia de uma taxa inferior à taxa normal. As empresas teriam de decidir se repercutiriam o aumento do imposto nos clientes, se absorveriam parte do acréscimo através de margens já reduzidas ou se ajustariam o pessoal, o investimento ou outros custos. O relatório não indica como reagiriam os operadores, mas deixa claro que a medida está a ser analisada como forma de gerar receitas em 2027.

A proposta relativa ao IVA integra um pacote mais amplo. No relatório de 9 de novembro, o Tribunal de Contas afirmou ter reunido 18 medidas, provenientes do seu próprio trabalho e do Conselho das Contribuições Obrigatórias, que poderiam começar a produzir efeitos em 2027. Estimou que o pacote poderia gerar entre 32 mil milhões e 38 mil milhões de euros. Segundo o tribunal, a seleção assentou em dois princípios: repartir o ajustamento entre o Estado, a Segurança Social e as autoridades locais em

proporções próximas da respetiva quota na despesa pública e dar prioridade à redução da despesa.

O relatório surge na sequência de alertas anteriores do tribunal sobre a situação orçamental de França. O tribunal afirmou que a deterioração das perspetivas económicas aumentou a urgência de restabelecer as finanças públicas. Acrescentou que algumas medidas do pacote se sobrepõem a disposições já apresentadas nos projetos de leis financeiras para 2027, com um valor estimado entre 11 mil milhões e 14 mil milhões de euros, embora o resultado final dependa da versão que vier a ser aprovada.

A par das propostas de curto prazo, o tribunal apresentou também 13 medidas de longo prazo que, segundo afirmou, poderão contribuir para uma futura lei plurianual de finanças públicas. As propostas centram-se num planeamento orçamental de médio prazo mais sólido, num controlo mais rigoroso da despesa pública nos diferentes níveis de governo e numa melhor coordenação financeira entre as administrações públicas.

Uma nota separada, publicada juntamente com o relatório, centrou-se nas despesas fiscais, que o tribunal descreveu como uma fonte crescente de pressão sobre as finanças públicas. Segundo o documento, o custo das despesas fiscais quase duplicou em 20 anos, passando de 54,6 mil milhões de euros em 2005 para 105,6 mil milhões em 2025, a perímetro constante e em euros correntes. De acordo com o tribunal, França tinha 474 medidas fiscais deste tipo em 2025, que representam atualmente mais de um quarto das receitas fiscais do Estado.

O tribunal afirmou que estes números demonstram a necessidade de um controlo mais rigoroso dos benefícios fiscais, incluindo limites à sua duração e custo e avaliações mais regulares da sua eficácia. Este argumento mais amplo é relevante para a proposta relativa ao IVA da restauração, uma vez que a taxa reduzida é um dos mecanismos fiscais atualmente em análise na procura de receitas adicionais.

Ao incluir o IVA da restauração entre as opções para 2027, o Tribunal de Contas colocou o setor no centro do debate orçamental francês. A medida continua a ser uma proposta, mas alerta restaurantes e operadores do setor da hotelaria e restauração para a possibilidade de um aumento fiscal significativo, em análise no âmbito do

esforço mais amplo do Governo para sanear as finanças públicas.